



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**LEI Nº 4.378, DE 20 DE AGOSTO DE 2025**

Projeto de Lei de autoria da Mesa da Câmara.

**Altera e acrescenta dispositivos ao artigo 3º da Lei nº 4.301, de 19 de novembro de 2024, que estabelece a tabela de vencimentos dos cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração e do adicional pelo exercício de funções comissionadas e valor da gratificação por exercício de atividade especial da Câmara Municipal.**

**ELVIS LEONARDO CEZAR**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei nº 4.301, de 19 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** O valor das gratificações por exercício de atividade especial devido aos servidores efetivos que compõem as Comissões de Contratação, Equipe de Apoio, Disciplinar, de Sindicância, de Responsabilização e de Gestão de Carreiras e Avaliação será de R\$ 2.000,00.

**§ 1º** As gratificações previstas nesse artigo somente serão devidas nos meses em que houver exercício comprovado de atividade, mediante relatórios aprovados pelo Presidente.

**§ 2º** O servidor ocupante de cargo efetivo que exercer as funções de pregoeiro fará jus à gratificação prevista no *caput* deste artigo no mês em que houver pregão.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.363/2025

Santana de Parnaíba, 20 de agosto de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

**Veronica Mutti Caldarearo Teixeira Koishi**  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

## ATOS OFICIAIS

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
LEONARDO CAMPOS FORTES	ALDO PLANTINHA DA SILVA	01/08/25	14
GERALDO DE OLIVEIRA	ALDO PLANTINHA DA SILVA	01/08/25	15

Santana de Parnaíba, 22 de agosto de 2025.

**JOSÉ ROBERTO MARTINS SANTOS**  
Secretário de Administração

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

LEI Nº 4.375, DE 13 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre mutação para proceder a abertura de crédito adicional suplementar.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de crédito adicional suplementar, cujo valor e codificação (Institucional, econômica e funcional programática), estão detalhados conforme segue:

02-PODER EXECUTIVO  
0205-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
0205-3.3.9039-041300012017-Indenizações e Restituições  
Despesas de Custeio - Secretaria Municipal de Finanças  
(Código Contábil 731) ..... R\$ 1.450.000,00

Art. 2º O valor do crédito adicional suplementar referido no art. 1º, desta Lei, será coberto com recursos previstos no art. 4º, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, resultante de anulação parcial a seguir exposta:

02-PODER EXECUTIVO  
0316-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0216-3.3.50.85-103020002133-Contrato de Gestão  
Despesas de Custeio - Alameda Hospitalar - FMS  
(Código Contábil 277) ..... R\$ 1.450.000,00

Art. 3º O Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro de que trata o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2006, foi dispensado por tratar-se de reforço de dotação de programa já constante das peças de planejamento e orçamento do exercício de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 13 de agosto de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Kolahl  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.375, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

LEI Nº 4.376, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Altera dispositivos da Lei nº 4.352, de 11 de junho de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do §2º do art. 1º da Lei nº 4.352, de 11 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
§2º

I - os Agentes de Contratação I, II e III serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública; a equipe de apoio deverá, em sua maioria, ser integrada por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes ao quadro permanente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal; e, a Comissão de Apuração de Responsabilidade e Aplicação de Sanções Administrativas deverá ser composta de servidores efetivos e estáveis do quadro permanente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal" (NR)

Art. 2º O §2º do art. 2º da Lei nº 4.352, de 11 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

§2º O servidor poderá ser designado para exercer mais de uma função especial de que trata esta Lei em relação às funções de Agente de Contratação I, II, III e/ou Equipe de Apoio, recebendo apenas 01 (uma) gratificação, a de maior valor quanto a estas, exceto quando também for designado para membro de Comissão de Apuração de Responsabilidade e Aplicação de Sanções Administrativas, que poderá ser acumulada com as demais funções e também perceber, em acréscimo, sua respectiva gratificação, sendo que, em relação a um mesmo processo, o servidor não poderá atuar em mais de uma fase em funções distintas, conforme §1º do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021." (NR)

Lei nº 4.376, de 2025. 1 de 2

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 20 de agosto de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Kolahl  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.376, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

LEI Nº 4.377, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Institui o Programa Alfabetiza Parnaíba no Município de Santana de Parnaíba, e dá outras providências.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal Alfabetiza Parnaíba, com o objetivo de garantir o direito fundamental à educação e promover a alfabetização plena de crianças na idade certa, no âmbito do Município de Santana de Parnaíba.

Art. 2º O Programa Municipal "Alfabetiza Parnaíba" terá como princípios nortecedores:

I - universalização do acesso à alfabetização como direito humano inalienável;  
II - concepção da alfabetização como processo contínuo e articulado, que se estende ao longo da vida;  
III - respeito à diversidade e às especificidades dos sujeitos em processo de alfabetização;  
IV - utilização de metodologias diversificadas e adequadas às diferentes faixas etárias e contextos;  
V - valorização dos saberes e experiências prévias dos educandos;  
VI - articulação entre a escola, a família e a comunidade no processo de alfabetização;  
VII - formação continuada dos profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização; e  
VIII - monitoramento e a avaliação sistemática das ações do programa, visando o aprimoramento contínuo.

Art. 3º São objetivos do "Programa Alfabetiza Parnaíba":

I - assegurar que todas as crianças do Município sejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;  
II - oferecer e implementar oportunidades de alfabetização voltadas para a recuperação das aprendizagens, centrando-se na alfabetização e na exposição e aprofundamento das habilidades de leitura, escrita e matemática das crianças que estão na rede de ensino até o término dos anos iniciais do ensino fundamental, com prioridade para aquelas que não atingiram os níveis adequados de alfabetização até o segundo ano do fundamental.

Lei nº 4.377, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

III - reduzir as taxas de analfabetismo funcional no Município;  
IV - promover o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e matemática que possibilitem a participação plena e crítica na sociedade;  
V - estimular o prazer pela leitura e a formação de leitores autônomos;  
VI - fortalecer a articulação entre as diferentes etapas e modalidades de ensino, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem; e  
VII - apoiar e incentivar a implementação de projetos e iniciativas inovadoras na área da alfabetização.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, desenvolverá, entre outras, as seguintes ações:

I - implementação de programas e projetos específicos de alfabetização para crianças;  
II - fortalecimento das ações de alfabetização nas escolas da rede municipal de ensino;  
III - realização de campanhas de conscientização sobre a importância da alfabetização;  
IV - produção e distribuição de materiais didáticos e de apoio pedagógico adequados às diferentes necessidades;  
V - promoção de ações de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, vice-diretores, diretores de escola, supervisores de ensino e técnicos da Secretaria Municipal de Educação e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;  
VI - estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, para ampliar o alcance do programa;  
VII - criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do impacto das ações do programa, com metas diante dos resultados;  
VIII - alocação de recursos financeiros específicos no orçamento municipal para garantir a sustentabilidade do programa.

**CAPÍTULO II**  
**DA CO-RESPONSABILIDADE NA ALFABETIZAÇÃO**

Art. 5º O processo de alfabetização de crianças no sistema de ensino público é de responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares, com papéis complementares e distintos para assegurar o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

Lei nº 4.377, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

Sessão única

Das Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

Art. 6º A Secretaria de Municipal Educação, em nível, atuará como órgão regulador, planejador e provedor de suporte, cabendo-lhe as seguintes responsabilidades:

I - Formulação e Implementação de Políticas: Desenvolver e instituir políticas de alfabetização alinhadas às diretrizes nacionais e estaduais, que norteiem as ações da rede de ensino;  
II - Definição Curricular e Parametrização: Estabelecer as bases curriculares, os objetivos de aprendizagem e os parâmetros de avaliação para o processo de alfabetização, visando a padronização e a qualidade do ensino;  
III - Formação Continuada de Profissionais, em forma de colaboração com as esferas federal, estadual e municipal: Planejar e ofertar programas de formação e capacitação para professores alfabetizadores, gestores escolares e equipes pedagógicas, com foco na atualização de metodologias e melhores práticas;  
IV - Provisão de Recursos e Materiais Didáticos: Assegurar a disponibilidade de materiais didáticos, literários, jogos e demais recursos pedagógicos adequados às diversas fases da alfabetização;  
V - Avaliação e Monitoramento: Implementar sistemas de avaliação diagnóstica e formativa em larga escala para acompanhar o progresso da alfabetização, identificar desafios e orientar intervenções;  
VI - Apoio e Assistência Técnica: Oferecer suporte técnico e pedagógico às escolas, auxiliando na implementação das políticas, na resolução de intercorrências e na contínua melhoria das práticas de ensino;  
VII - Gestão e Governança: Organizar a estrutura de governança, designando equipes para o planejamento, implantação, formação, monitoramento, acompanhamento, análise dos resultados e implementação das ações das políticas e a garantia da corresponsabilização entre os entes federativos.

Parágrafo único. A avaliação prevista no caput deste inciso deverá articular-se com diretrizes curriculares nacionais e municipais.

**CAPÍTULO III**  
**DAS RESPONSABILIDADES DOS COLÉGIOS**

Art. 7º A unidade escolar, ambiente direto da aprendizagem, será responsável por:

Lei nº 4.377, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

I - Implementação Curricular: Aplicar as diretrizes curriculares e as políticas de alfabetização definidas pela Secretaria Municipal de Educação, adaptando-as às realidades e necessidades específicas dos alunos;  
II - Criação de Ambiente Pedagógico Propício: Oferecer um espaço físico adequado, acolhedor e estimulante, com acesso a livros, biblioteca, materiais e recursos que incentivem a leitura e a escrita desde a Educação Infantil;  
III - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas Eficientes: Utilizar metodologias ativas e diversificadas, considerando as diferentes fases do desenvolvimento infantil e estimulando a curiosidade pela leitura e escrita e matemática;  
IV - Acompanhamento Individualizado: Monitorar o progresso individual de cada aluno, por meio de avaliações formativas contínuas, para identificar dificuldades e oferecer intervenções pedagógicas personalizadas;  
V - Garantir o processo de recomposição da aprendizagem para os estudantes que não adquiriram aprendizagens na idade certa;  
VI - Participação na Formação Continuada: Incentivar a participação ativa dos professores nos programas de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, buscando o aprimoramento de suas competências e habilidades em alfabetização;  
VII - Comunicação e Envolvimento Familiar: Manter comunicação constante e transparente com os pais e responsáveis, envolvendo-os no processo de alfabetização e orientando-os sobre o apoio domiciliar ao aprendizado;  
VIII - Zelo pela Documentação e Informação: Assegurar a organização e a fidelidade de índices, dados, registros, prontuários e relatórios, garantindo o bom andamento das atividades e a transparência das informações.

§1º A educação é um dever compartilhado entre o Estado e a família.  
§2º As práticas pedagógicas devem incluir atividades lúdicas e experiências imersivas em práticas de leitura, escrita e matemática.

Art. 8º A colaboração e a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e a unidade escolar são cruciais para o sucesso do processo de alfabetização.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10º As normas complementares à execução da presente Lei serão editadas pelo Executivo Municipal por meio de Decreto e ou Portaria.

Lei nº 4.377, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 20 de agosto de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Kolahl  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.377, de 2025. 1 de 1

**PREFEITURA DE SANTANA DE PARNABA**  
SANTANA DE PARNABA

LEI Nº 4.378, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Projeto de Lei de autoria da Mesa da Câmara.

Altera e acrescenta dispositivos ao artigo 3º da Lei nº 4.301, de 19 de novembro de 2024, que estabelece a tabela de vencimentos dos cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração e do adicional pelo exercício de funções comissionadas e valor da gratificação por exercício de atividade especial da Câmara Municipal.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.301, de 19 de novembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O valor das gratificações por exercício de atividade especial devido aos servidores efetivos que compõem as Comissões de Contratação, Equipe de Apoio, Disciplina, de Sindicância, de Responsabilização e de Gestão de Carreiras e Avaliação será de R\$ 2.000,00.

§ 1º As gratificações previstas nesse artigo somente serão devidas nos meses em que houver exercício comprovado de atividade, mediante relatórios aprovados pelo Presidente.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo que exercer as funções de proreitor fará jus à gratificação prevista no caput deste artigo no mês em que houver prego.".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.363/2023.

Santana de Parnaíba, 20 de agosto de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Kolahl  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.378, de 2025. 1 de 1



Autenticar documento em: <https://sempaper.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 33003800340035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.